

ALEXANDRA CHAVES

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE: UM CAMINHO DE
EMOÇÕES**

O presente artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa de opinião realizado em Escola Municipal de Ensino Fundamental na cidade de São Marcos-RS.

SÃO MARCOS

2018

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE: UM CAMINHO DE EMOÇÕES

Autora: Alexandra Chaves¹

Resumo: O presente artigo discorre sobre o “espaço” que atendimento educacional especializado ocupa dentro da educação na contemporaneidade e a importância deste atendimento no contexto escolar, assim como o seu reconhecimento pelos professores atuantes neste cenário. Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa de opinião de múltipla escolha com trinta e sete professores de uma escola regular de ensino fundamental no município de São Marcos, onde existem oito alunos inclusos portadores de múltiplos tipos de deficiência, os mesmos são atendidos na sala de recursos multifuncionais pelo profissional do AEE em turno contrário. Diante do estudo realizado constatou-se que a grande maioria dos professores considera de grande importância o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro da escola, também se percebe que o trabalho do educador especial precisa ultrapassar a sala de recursos multifuncionais e se fazer presente na educação do aluno portador de deficiência contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal, intelectual e social.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado. Emoções. Desafios. Possibilidades.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma obra que nos leva a refletir desde quando a inclusão está presente não só nas leis, mas também como algo positivo nas escolas, na figura do aluno e do educador especial.

¹ Pedagoga, especialista em atendimento educacional especializado: Inclusão. Mestranda em Educação na Universidade de Caxias do Sul (UCS) como aluna não regular. Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica no Instituto Souza.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa de opinião de múltipla escolha com trinta e sete professores de uma escola regular de ensino fundamental no município de São Marcos, onde existem oito alunos inclusos portadores de múltiplos tipos de deficiência, esta escola conta com dois profissionais de AEE que atende os estudantes na sala de recursos multifuncionais no turno contrário de aula.

A partir disso busco discorrer sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado na contemporaneidade, os desafios que o profissional que atua neste espaço encontra, as indagações sobre a aceitação pela comunidade escolar e o sucesso do AEE no espaço escolar, trazendo autores/ pensadores da educação como Freire, Cavalcante e Ferreira, Hadaad e Alves. Neste cenário traçamos a insegurança, os desafios e as possibilidades da educação especial.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONTEMPORANEIDADE NO BRASIL

A educação especial no Brasil iniciou-se no século 19, entretanto somente nos anos 50 a lei contemplou pela primeira vez os alunos com deficiência, até então a pessoa portadora de deficiência era repudiada pela sociedade.

Neste lento caminhar da educação especial no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, garantiu o direito dos "alunos excepcionais" à educação, descrevendo em seu Artigo 88 que para integrá-los na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação. Desde então o respeito à diferença esteve cada vez mais presente nos espaços da política educacional brasileira. Atualmente as leis brasileiras preveem a inclusão total e plena das pessoas portadoras de deficiência, não só na escola como na sociedade em geral.

Segundo o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 93/94 de 20 de dezembro de 1996; "entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais."

O plano nacional de educação PNE ou Lei 13.005/14, prevê em sua meta 4 a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional

especializado (AEE) para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, assim como no decreto Nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011, foi instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o artigo Art.3º inciso VII e VIII, traz as diretrizes do plano nacional dos direitos das pessoas com deficiência:

VII - ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade;

VIII - promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.

A partir desta nova legislação a pessoa com deficiência passou a ter os seus direitos garantidos e com isso começou-se a criar os espaços com acessibilidade, com isto pôde-se ao menos garantir o mínimo de condições aos alunos. Para tanto é fundamental oferecer aos estudantes portadores de deficiência um atendimento educacional especializado (AEE), na sala multifuncional respeitando a individualidade de cada um.

Seguindo a linha de direitos adquiridos, a Lei 13.146/15, Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi mais um avanço para que as barreiras sejam eliminadas e que as diferenças sejam minimizadas entre todos, pois todos primeiramente somos pessoas independentes cada um com suas particularidades.

Segundo Cavalcante e Ferreira (2011):

“No que se refere especificamente à pessoa com deficiência, como afirmam Moura, Alves e Ferreira (2011, p. 6): “A compreensão da subjetividade vem a desafiar o estudo do processo de inclusão, pois, como se sabe, esses sujeitos são, há muito, reféns de atribuições e configurações sociais que os desconsideram como sujeitos ativos e construtores [...] não há necessariamente identidade de interesses entre pessoas com deficiência, cada pessoa é única no seu modo de pensar, querer, sentir, portanto, não se deve igualar as pessoas por suas características, mas respeitar seu direito de ser diferente.” Deste

modo, faz-se relevante que se reflita sobre as necessidades particulares das pessoas com deficiência, considerando-as em suas singularidades apesar das similaridades que possam aproximá-las em decorrência das especificidades de suas deficiências.

O atendimento educacional especializado configura um espaço de extrema importância para o aluno com deficiência, geralmente este estudante necessita de estratégias e materiais de acessibilidade para que o seu aprendizado ocorra de forma tranquila e eficaz. Segundo Freire: “se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar”. (p.144)

Partindo desta máxima de Freire, o educador que trabalha com crianças portadoras deficiências precisa propiciar que o educando seja realmente incluído no ensino regular com qualidade.

Quase 24% da população brasileira é composta por pessoas que possuem algum tipo de deficiência. De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 45 milhões de Pessoas com Deficiência (PCDs).

No cenário mundial não é diferente, pois a segundo estimativas da Organização das Nações Unidas - ONU, as pessoas com deficiências representam 10% da população mundial, portanto é um desafio grande para o profissional do AEE estar neste espaço e contribuir de forma significativa para o aprendizado efetivo dessas criança que em um futuro próximo serão adultos portadores de deficiência e participantes e atuantes na sociedade e no mercado de trabalho.

3. OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Cada vez mais o profissional do AEE é requisitado nas escolas, pois como vimos anteriormente à demanda de alunos portadores de deficiência é cada vez maior. Esses alunos são carentes de “atenção”, carentes de metodologias de ensino

apropriadas, pois para incluir com eficácia o aluno não pode ser meramente “mais um” na sala de aula, muitas vezes ele necessita de adaptações curriculares, adaptações de tempo, espaço e acessibilidade arquitetônica, só assim dar-se-á início ao processo de inclusão desta pessoa portadora de deficiência.

O cenário atual da educação brasileira nos faz aflorar um sentimento de verdadeira insegurança. Recentemente a pesquisa Global Teacher Status Index 2018, realizada pela Varkey Foundation, uma organização beneficente britânica, mostra que países com maior prestígio docente apresentam melhores pontuações no PISA, a avaliação para alunos de 15 anos promovida pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Segundo a pesquisa, o Brasil caiu para a última posição entre 35 países pesquisados. A pesquisa também mostrou que os brasileiros classificam o seu sistema de ensino em um nível inferior ao de praticamente todos os países pesquisados, com uma pontuação de 4,2 em uma escala de 0 a 10.

Isso denota o quanto a educação brasileira está um tanto quanto “desacreditada”. Ser educador no Brasil é algo desafiador e quando falamos da educação especial, é mais delicado ainda, pois este profissional precisa “dar conta”, muito além do seu aluno, mas sim da família, dos professores da sala regular e de toda uma comunidade escolar que atribui a este profissional às vezes muito mais do que ele pode oferecer.

Carvalho destaca:

Alguns alunos, mesmo sem apresentarem incapacidade intelectual, sensorial ou emocional graves, isto é, sem nenhuma causa orgânica específica, manifestam dificuldades de aprendizagem transitórias, mas que podem se tornar permanentes, gerando-se as deficiências circunstanciais. Estas se consolidarão se não receberem o atendimento educacional escolar de que necessitam e/ou se as demandas de seu grupo familiar forem significativas em relação à entrada na força de trabalho. (2010, p.119)

Deste modo, percebemos a importância do trabalho educacional Especializado levando em consideração as dificuldades que os alunos apresentam

na trajetória escolar. Trata-se, pois, de uma atividade a ser desenvolvida no aspecto qualitativo. Ou seja, atendendo com mais qualidade a demanda e as dificuldades dos alunos.

O professor do AEE tem a oportunidade de ampliar as possibilidades do aluno através do atendimento individual, possibilitando-o a alcançar progressos significativos, isso tudo refletirá na sala de aula, pois cada superação alcançada é importante para a criança e também para o seu professor, que vibra e torce junto com seu educando por pequenas conquistas diárias.

4. AS EMOÇÕES QUE PERPASSAM O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Em face de tantos desafios que o profissional de AEE encontra em sua jornada, a frustração é algo que está presente no cotidiano deste professor, pois é fácil vibrar com as conquistas dos alunos, mas é frustrante quando casos extremos não demonstram quase nenhum progresso em seu quadro clínico e educacional, acredito que o sucesso no atendimento educacional especializado perpassa pelas frustrações, entretanto quando existe um progresso mínimo do aluno em questão, as emoções afloram neste educador, segundo a linha de pensamento de Wallon à emoção tem papel fundamental no processo do desenvolvimento humano.

Segundo Freire (1996, p.47): “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. O professor de AEE precisa “tecer” esse elo entre as possibilidades e aprendizado do educando, sem deixar de lado os conteúdos mínimos necessários que o aluno precisa dominar dentro das suas limitações.

É fundamental que o profissional do AEE contribua de forma ativa e significativa na construção de conhecimento do aluno, criando estratégias e caminhando lado a lado com os professores titulares do aluno em questão.

Estar na sala de recursos multifuncionais “empodera” o professor a perseguir caminhos que dentro de uma sala comum de ensino regular não teria tanto sucesso. Neste contexto são outras perspectivas, outras possibilidades. A individualidade no

atendimento possibilita muito mais que o aprendizado aconteça de forma concreta na vida do estudante.

O escritor Rubem Alves é brilhante ao escrever a obra: “O Pinóquio as Avestas”. Envoltos a esta obra podemos pensar como os alunos chegam vivos e esperançosos a escola e aos poucos vão enrijecendo-se até se tornarem “bonecos de madeira”, frios e obsoletos. Não podemos seguir formando “bonecos de madeira” temos que criar possibilidades para que cada sujeito construa o seu conhecimento e se constitua cidadão crítico e consciente, independente se este possui ou não alguma deficiência.

As ações do profissional do AEE compreendem o trabalho contínuo e articulado com a professora titular do aluno, sendo este nos momentos de planejamento, estudo, análise e elaboração de propostas de intervenção pedagógica. O diálogo é extremamente importante para uma melhor eficiência do trabalho a ser desenvolvido com o aluno especial.

Para tanto é essencial que cada vez mais profissionais se envolvam de corpo e alma nesse processo dinâmico e desafiador da educação especial, e além de ingressar é fundamental que permaneçam neste espaço que precisa ser de trocas, pois cada vez mais nota-se a importância do trabalho multidisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esta obra, dei-me por conta o quão é importante o profissional que trabalha no espaço do AEE, também o quanto o comprometimento deste educador faz a diferença na vida dos alunos portadores de deficiência. Muitas vezes, esses alunos só são verdadeiramente “olhados”, ou mesmo percebidos com atenção dentro das suas particularidades por estes profissionais que geralmente tem, ou deveriam ter essa sensibilidade com o estudante portador de deficiência.

Nota-se o quanto esta profissão ainda não está reconhecida como deveria e que o portador de deficiência ainda não está verdadeiramente incluído na sala de aula regular, pois ainda hoje existe certa resistência por parte dos professores, isso se percebeu ao aplicar o questionário, ouviu-se uma fala constante de que “não

estamos preparados para dar aula para esses alunos”, isso denota insegurança e até mesmo um pouco de rejeição por parte dos profissionais.

Segundo a linha de pensamento de Haddad, precisamos ampliar os horizontes e as possibilidades para garantir a qualidade de ensino em todas as modalidades. Perceber a educação como um direito humano e formativo no seu sentido amplo.

Segundo Hadaad (2013, p. 11):

Talvez tenhamos que começar por aí, dando voz aos que sofrem e fazem a educação, reconhecendo suas dificuldades, seus acertos, suas frustrações e sonhos para construir um sistema educacional que efetivamente ajude a construir um país mais justo e democrático e cujo desenvolvimento seja o resultado das expectativas e necessidade de toda a população.

Dar ouvidos aos que fazem educação, acredito ser o ponto fundamental quando queremos quebrar paradigmas existentes desde os primórdios.

Trabalhar com educação é ser privilegiado com uma profissão exaustiva, mas deslumbrante e desafiadora ao mesmo tempo. É viver diferentes sensações em um curto espaço de tempo, é lutar por seus alunos com o que há de melhor, tentando mostrar que pequenas conquistas são grandes vitórias individuais, mas que alcançadas a várias “mãos” e geralmente a muito custo. Isso é viver de emoção, fazer o coração transbordar de alegria quando o aluno vence pequenos obstáculos que antes pareciam inalcançáveis. Esse é o encanto da educação, é o que nos move na educação especial se assim podemos dizer. Parece-nos tão pouco falar educação especial, quando é mais que especial, quando é única, notável e rara.

Com este trabalho percebemos que as maiorias dos professores pesquisados acreditam no trabalho do AEE dentro das escolas, desde que este profissional seja atuante e dê todo o suporte necessário para o aluno portador de deficiência e para os professores da sala de aula regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem / Sousa, Mauricio de. **O Pinóquio às avessas**. São Paulo. Ed. Verus, 2010.

BRASIL. **Lei n. 13.146/15**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146. Acesso em: 29/03/2016.

BRASIL. **Lei n.9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 29/03/2016.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2015. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8>. Acesso em: 17 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2015, disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf acessado em 05 de outubro de 2017.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 7. Ed. Porto Alegre: Ed Mediação, 2010.

CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde, **Impedimentos cognitivos e a acessibilidade comunicacional na escola: contribuições da teoria de Vygotsky**, Ciências & Cognição 2011; Vol. 16 (3): 043-056 <<http://www.cienciasecognicao.org>> © Ciências & Cognição, Submetido em 05/08/2011 | Revisado em 20/12/2011 | Aceito em 23/12/2011 | ISSN 1806-5821 – Publicado *on line* em 31 de dezembro de 2011.

Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limites.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**- São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 39ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e terra, 2004.

HADDAD, Sérgio. **Educação e Desenvolvimento in Revista Política Social e Desenvolvimento**. Nº2 Ano 1, dez 2013 p.8.11

HADDAD, Sérgio. **Educação e Desenvolvimento**. Le Monde Diplomatique Brasil, agosto, 2014.

SIMÃO, Antoniette & SIMÃO, Flavia. **Inclusão: Educação Especial – educação essencial**. São Paulo: Livro pronto, 2004.

WALLON, H. As origens do caráter na criança. São Paulo: Nova Alexandria, 1995

_____ <http://portal.mec.gov.br>

_____ <http://porvir.org/prestigio-do-professor-e-desempenho-do-aluno-caminham-juntos>. Acesso em 14/11/2018

_____ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15/11/2018